

«Higiene, saúde e segurança no trabalho na indústria têxtil» (trabalho conjunto realizado em 1991 no âmbito do PEDIP, Programa 5 — Missões de Produtividade; medida 1.3, «Promoção da higiene e segurança no trabalho») com apresentação pública das conclusões do mesmo);

«Que recursos humanos? Que gestão para a década de 90?», trabalho conjunto apresentado no X Colóquio Nacional da ATAM, Covilhã, 1990; «O novo direito do mar», guia do terceiro mundo, 1987.

202797744

Despacho n.º 1450/2010

Obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, e nos termos do disposto nos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 14.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com os artigos 3.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, é nomeado o licenciado Jorge Manuel Baptista Nunes de Azevedo para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirector-geral dos Serviços Prisionais, considerando a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como evidência a súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

O nomeado pode exercer a opção consagrada no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a 17 de Dezembro de 2009.

18 de Dezembro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

ANEXO

Síntese curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Jorge Manuel Baptista Nunes de Azevedo.

Naturalidade: Massarelos, Porto.

Data de nascimento: 28 de Setembro de 1959.

Estado civil: casado.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Direito pela Universidade Portucalense, na variante de Ciências Jurídicas, concluída em 1989.

3 — Situação profissional actual:

Inspector-coordenador dos Serviços de Auditoria e Inspeção, Delegação Norte, dos Serviços Prisionais, desde 1 de Julho de 2009;

Procurador-adjunto, colocado na área cível, na comarca do Porto.

4 — Actividade profissional:

Empossado como auditor de justiça, no Centro de Estudos Judiciários, em 17 de Setembro de 1990;

Esteve dois anos, o da iniciação e o da pré-afecção, no Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim;

Desde 14 de Junho de 1993 que é delegado de procurador, agora procurador-adjunto, sendo colocado na comarca do Porto (como efectivo a partir de 13 de Janeiro de 1994);

Colocado inicialmente no Tribunal de Polícia do Porto, acumulou funções com o Tribunal de Execuções das Penas;

Em 14 de Junho de 1994 passa a exercer funções no 7.º Juízo do Tribunal do Trabalho do Porto (provimento n.º 4/94 PGD);

Com a criação e instalação do Tribunal do Trabalho de Gondomar, em 31 de Outubro de 1994, dá início de funções nesse Tribunal em acumulação com o 7.º Juízo do Tribunal do Trabalho do Porto;

Entre 3 de Janeiro e 11 de Maio de 1995 fica afecto, em regime de exclusividade, ao Tribunal do Trabalho de Gondomar (provimento n.º 1/95 PGD);

Em 13 de Maio de 1995 é colocado no 2.º Juízo do Tribunal do Trabalho no Porto;

Desde 11 de Março de 1996 até 31 de Janeiro de 2000 acumulou o Tribunal do Trabalho de Valongo com o referido 2.º Juízo Cível do Tribunal do Trabalho no Porto;

Em 31 de Janeiro de 2000 é colocado no Tribunal Judicial Cível do Porto, no 1.º Juízo Cível, e acumulou a 3.ª Secção do 5.º Juízo desse mesmo Tribunal (provimentos n.ºs 1 e 2/2000);

Por força da criação e instalação dos Juízes Cíveis do Porto ficou, em 15 de Setembro de 2000, a acumular a 1.ª Vara Cível do Porto com os quatro juízos dos Juízes Cíveis do Porto (provimento n.º 4/2000);

De 8 a 30 de Janeiro de 2001 ficou a acumular os quatro juízos dos Juízes Cíveis do Porto (provimento n.º 1/2000);

A partir de 1 de Fevereiro de 2001 ficou a acumular os quatro juízos dos Juízes Cíveis do Porto com os três juízos do Tribunal de Pequena Instância Cível do Porto (provimento n.º 3/2001);

Em 19 de Março de 2001 ficou a acumular apenas quatro juízos dos Juízes Cíveis do Porto (provimento n.º 4/2001);

Em 25 de Junho de 2001 ficou a acumular o 3.º e 4.º Juízos Cíveis do Porto (provimento n.º 7/2001);

Em 24 de Setembro de 2001 ficou a acumular a 1.ª Secção do 3.º Juízo e o 4.º Juízo, ambos do Porto (provimento n.º 8/2001);

Em 19 de Novembro de 2001, juntamente com três colegas, acumulou os referidos 3.º Juízo, 1.ª Secção e 4.º Juízo com o Tribunal de Pequena Instância Cível do Porto, por um período de três semanas (provimento n.º 10/2002);

Até 30 de Junho de 2009 acumulou o 4.º Juízo com a 3.ª Secção do 1.º Juízo;

A 1 de Julho de 2009 passa, em comissão de serviço, a exercer as funções de inspector-coordenador dos Serviços de Auditorias e Inspeção, Delegação Norte, dos Serviços Prisionais.

5 — Actividades de formação — formador, prestando formação a auditores de justiça e estagiários que foram colocados no Tribunal do Trabalho do Porto.

202798676

Direcção-Geral da Política de Justiça

Despacho (extracto) n.º 1451/2010

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea *d*), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

Mestre Nuno Miguel de Almada Xavier — autorizada a cessação da comissão de serviço como Consultor nas áreas de planeamento e política legislativa da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2009.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 12 de Janeiro de 2010. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.
202801314

Despacho (extracto) n.º 1452/2010

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea *d*), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se pública a lista de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça que cessou funções por motivo de aposentação, no período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2009:

Elvira da Conceição Monteiro Bargão Queiroz, Chefe de Divisão — aposentada com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Olga Maria Henriques Moita, Assistente Técnica — aposentada com efeitos a partir de 1 de Maio de 2009.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Lisboa, 12 de Janeiro de 2010. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.
202801282

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios

Despacho n.º 1453/2010

Para os devidos efeitos torna-se público que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, o Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios concedeu às instituições a seguir indicadas os subsídios infra, respeitantes ao ano de 2008:

| Beneficiário | Montante (Em euros) | Entidade decisora |
|---|---------------------|-------------------|
| Centro de Informação e Arbitragem do Vale do Ave | 26 224,95 | Director |
| Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa | 135 905 | Director |
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem do Sector Automóvel | 103 006,90 | Director |
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem do Algarve | 28 694,40 | Director |
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Seguros Automóveis | 148 264,13 | Director |

| Beneficiário | Montante (Em euros) | Entidade decisora |
|---|---------------------|-------------------|
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem do Porto | 31 368,96 | Director |
| Centro de Informação e Arbitragem do Vale do Cávado | 46 259,15 | Director |
| Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Coimbra | 29 701,34 | Director |
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Dívidas Hospitalares | 5 000 | Director |
| <i>Total</i> | 554 424,83 | |

Data: 12.01.2010. — Nome: *Domingos Soares Farinho*, Cargo: Director.

202795524

Despacho n.º 1454/2010

Para os devidos efeitos torna-se público que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, o Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios concedeu às instituições a seguir indicadas os subsídios infra, respeitantes ao ano de 2009:

| Beneficiário | Montante (euros) | Entidade decisora |
|---|------------------|-------------------|
| Centro de Informação e Arbitragem do Vale do Ave | 23.724,95 | Director |
| Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa | 135.905,00 | Director |
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem do Sector Automóvel | 86.979,90 | Director |

| Beneficiário | Montante (euros) | Entidade decisora |
|---|------------------|-------------------|
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem do Algarve | 26.194,40 | Director |
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Seguros Automóveis | 148.264,31 | Director |
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem do Porto | 43.368,96 | Director |
| Centro de Informação e Arbitragem do Vale do Cávado | 48.759,15 | Director |
| Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Coimbra | 29.701,34 | Director |
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Dívidas Hospitalares | 00,00 | Director |
| Centro de Arbitragem Administrativo | 178.544,00 | Director |
| Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações | 75.000,00 | Director |
| Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo | 10.000,00 | Director |
| <i>Total</i> | 806.442,01 | |

Data: 12.01.2010. — Nome: *Domingos Soares Farinho*, Cargo: Director.

202795646

Despacho n.º 1455/2010

Para os devidos efeitos torna-se público que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, o Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios concedeu às instituições a seguir indicadas os subsídios infra, respeitantes ao ano de 2007:

| Beneficiário | Montante (euros) | Entidade decisora |
|---|------------------|----------------------------------|
| Centro de Informação e Arbitragem do Vale do Ave | 22.974,95 | Secretário de Estado da Justiça. |
| Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa | 131.905,00 | Secretário de Estado da Justiça. |
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem do Sector Automóvel | 119.551,90 | Secretário de Estado da Justiça. |
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem do Algarve | 25.844,40 | Secretário de Estado da Justiça. |
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Seguros Automóveis | 136.764,31 | Secretário de Estado da Justiça. |
| Centro de Informação, Mediação e Arbitragem do Porto | 25.368,96 | Secretário de Estado da Justiça. |
| Centro de Informação e Arbitragem do Vale do Cávado | 27.259,15 | Secretário de Estado da Justiça. |
| Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Coimbra | 26.301,34 | Secretário de Estado da Justiça. |
| <i>Total</i> | 515.970,01 | |

Data: 12.01.2010. — Nome: *Domingos Soares Farinho*, Cargo: Director.

202795321

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Comissão Permanente de Contrapartidas

Despacho n.º 1456/2010

Considerando que Maria Teresa de Sotto-Mayor Pedroso Santos Neto, assistente técnica afecta à Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na situação de mobilidade especial, completou um ano de serviço no exercício de funções, em regime de mobilidade interna, nesta Comissão, em 30 de Novembro de 2009, e manifestou a sua opção pela conversão automática em exercício por tempo indeterminado no mapa de pessoal da Comissão Permanente de Contrapartidas;

Considerando que se encontram verificadas as condições legais impostas; Determino a integração da referida trabalhadora, na mesma carreira e categoria, posição e nível remuneratório que detinha no serviço de origem, no mapa de pessoal da Comissão Permanente de Contrapartidas, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Dezembro de 2009.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2009. — *Pedro Catarino*, Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas.

202799112

Despacho n.º 1457/2010

Nos termos do disposto no artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, designo o Major General Jorge Manuel Patrício Narciso, Vogal Executivo desta Comissão, como meu substituto legal nas minhas ausências e impedimentos.

O presente despacho produz efeitos na data da assinatura, ficando revogado o meu Despacho n.º 15082/2008, de 8 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de Maio de 2008.

Lisboa, 29 de Dezembro de 2009. — *Pedro Catarino*, Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas.

202799048

Direcção Regional da Economia do Centro

Despacho n.º 1458/2010

Na sequência do despacho n.º 7/2007 — DIR e nos termos, do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de Agosto, que define o regime jurídico do parque de veículos do Estado (PVE) determino o seguinte:

- 1 — É aprovado o regulamento de uso de veículos (RUV) da DRE-Centro, anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.
- 2 — O presente despacho entra em vigor na data da sua publicação.

31 de Dezembro de 2009. — O Director Regional, *Justino Pinto*.